



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 21ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear a Rede Record de Televisão – Record Minas pelos 20 Anos de sua Atuação
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/6/2011

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Carlos Henrique - Entrega de placa - Palavras do Sr. Cláudio Rodrigues - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Governador do Estado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Dinis Pinheiro - Antônio Genaro - Bosco - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Liza Prado - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Antônio Genaro, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Rede Record de Televisão - Record Minas pelos 20 anos de sua relevante atuação televisiva no Estado.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado em exercício; Cláudio Rodrigues, Diretor Executivo da Record Minas; Deputado Federal Weliton Prado; Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; e Deputado Carlos Henrique, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Nestor de Oliveira, Subsecretário de Comunicação do Governo de Minas; José Carlos Machado Júnior, Presidente da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais; João Carlos Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat -; Fernando Aguiar Mendes, Diretor da Emater; e Braz Pagani, Presidente Executivo da Agência de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; bem como a especial presença dos apresentadores, dos repórteres-âncoras da Record Minas e de todos os seus funcionários.



Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda Bios - Bombeiro Instrumental Orquestra Show, sob a regência do 1º-Sgt. Amauri Pereira de Paula, tendo ao saxofone o 1º-Sgt. Santana e à guitarra o 3º-Sgt. Lázaro.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Carlos Henrique

Boa noite a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, meu querido amigo Deputado Dinis Pinheiro; o nosso querido Governador do Estado de Minas Gerais em exercício, Alberto Pinto Coelho; Cláudio Rodrigues, Diretor Executivo da Record Minas; Deputado Federal Weliton Prado, guerreiro combativo e corajoso; Prefeito Márcio Lacerda, meu estimado e querido amigo; senhoras e senhores; funcionários; admiradores dos trabalhos da Record Minas.

É com grande satisfação que vimos a esta Casa do povo mineiro para homenagear a Rede Record de Televisão, em comemoração dos seus 20 anos de atuação em nosso Estado. Quero também expressar nosso afeto e inestimável consideração a esta grande TV de todos os mineiros. A TV Record Minas associa juventude e quase maturidade, pois comemora os seus 20 anos - todos sabemos que a maturidade vem após os 21 anos - trazendo inovação tecnológica, proximidade, imparcialidade e, principalmente, liberdade de ser livre em todos os seus feitos. Apesar de ser uma TV jovem para os padrões das grandes emissoras nacionais, é comprometida com a ética, com a notícia, com a apuração dos fatos, com a verdade, com a cultura, o esporte, o entretenimento e o lazer de milhares de cidadãos que, por meio de sua programação, se informam, se divertem e se emocionam. A TV Record Minas é uma emissora própria, fundada em 12/5/91, com o então nome de TV Sociedade, afiliada da Rede Record, e foi comprada pelo Bispo Edir Macedo em 1993, vindo ser renomeada com o nome de TV Record Minas. No ano de 2000, inaugurou em nossa Capital sua sede própria, com apenas um programa, "Informe MG" e, desde então, caiu no gosto dos mineiros. Terceira emissora a transmitir para os mineiros o sinal digital e antenada nos fatos e na inovação tecnológica para melhor servir, reformula sua programação, aumentando o seu espectro de serviços para a população mineira em matéria jornalística, cultural, de lazer e entretenimento. Ao longo dos 20 anos em Minas, a TV Record Minas marcou presença, investiu em contratações, programações, entretenimento e em um jornalismo de qualidade, ousado e descomprometido. Tal como exemplo, o programa "Balanço geral", "MG direto da redação", "MG no ar", "Hoje em dia", "Caju e Totonho", "Estação esporte fantástico", etc., que, com seriedade e descontração, leva notícia, cultura, esporte e lazer para diversos Municípios mineiros, o que equivale a mais de 10 milhões de pessoas, naturalmente falando de Minas Gerais.

Ditas essas palavras, quero falar sobre a importância da TV e seu reflexo na vida de milhares de pessoas que, por essa mídia, formam suas opiniões, adotam comportamentos, inspiram sonhos, encontram trabalho e vivem o dia a dia, que só é possível pela transmissão dos fatos e acontecimentos da atualidade. A TV não é arena privilegiada de imposição de agendas, mas o serviço compromissado com os interesses do cidadão. O seu comprometimento é com a opinião do povo mineiro, da grande massa que, muitas vezes, pouco instruída, busca na TV e nas diversas mídias o parâmetro de conhecimento e informação para qualificar o seu entendimento sobre diversos assuntos. Sem a TV e outras mídias, estaríamos fadados ao obscurantismo da ignorância de nós mesmos. Porque não saberíamos do próximo, seja ele realmente próximo no sentido físico, ou metaforicamente falando. E desconhecer o outro é tornar-se menos humano, menos civilizado, menos político. A TV, desde a pioneira introdução em nosso país pelo visionário Assis Chateaubriand, da década de 50 aos nossos dias, tem contribuído positivamente para a união nacional, para a informação e para o que nesta Casa nos interessa: a opinião política das pessoas. Nesse aspecto, não devemos relativizar o poder da TV como mídia capaz de promover indução de opiniões nas pessoas, mas capaz de fazê-las pensar, de politizá-las, de aumentar a cultura, de levar a informação e de formar os gostos da massa, quaisquer que sejam eles.

Voltando à homenageada desta noite, quero dizer que a Record Minas expressa os nossos mais caros e tradicionais valores, quer seja pelo jeito singular de seus apresentadores, quer seja por sua programação de alta qualidade e, acima de tudo, por sua capacidade inventiva, tecnológica e profissional. Quero aproveitar para prestar minha solidariedade e meu apoio incondicional aos milhares, às centenas de milhares de funcionários e profissionais por seu exemplar trabalho, que coloca a Record Minas entre as mais populares e assistidas TVs de nosso Estado. Portanto, caros amigos e amigas, é na TV que se dá publicidade aos mais relevantes fatos e acontecimentos de nosso Estado, de nossa Capital e do Brasil, a publicidade no tocante a tornar público o que está longe e escondido e é fator primordial para a consolidação da democracia, a qual se baseia em primeiro lugar na igualdade, ou isonomia, como diriam os gregos antigos. De outro modo, é na participação efetiva, na igualdade do voto, na aquisição do entendimento esclarecido, no controle do planejamento do que será discutido e feito para todos, bem como na inclusão das pessoas, como nos ensina o teórico da democracia Robert Dahl, que a TV assume o seu papel de instrumento de mediação entre governo e povo. Além disso, eu acrescentaria a defesa da liberdade de expressão e da representatividade e tantas outras características que poderíamos listar, mas me permito reduzi-las a apenas essas. Em todas, a TV, como informadora e formadora de opinião, tem responsabilidade social e política. E dessa responsabilidade posso dizer que a TV Record Minas não se tem furtado.

Por falar de democracia e TV, quero também lembrar o papel primordial da TV na reconstrução da democracia, na vigilância do governo, pois, ao tornar possível levar aos milhares de lares de todas as Minas Gerais, do Norte ao Sul e do Leste ao Oeste, a informação, o lazer e entretenimento, a TV Record Minas agrega valores e nos permite, como representantes do povo de Minas, fazer com que os destinatários das leis e normas de toda ordem que produzimos nesta Casa tenham a participação das pessoas. Sem essa informação e vigilância asseguradas pela liberdade de expressão, não seria possível sequer que os cidadãos tomassem conhecimento dessas leis que, em última instância, trazem conseqüências reais para todos. É nessa produção e divulgação da informação sobre os fatos e acontecimentos que o cidadão poderá aprovar ou rejeitar, conforme os seus valores, aquilo que a TV leva para o seu conhecimento. Deste modo, asseguramos, como disse anteriormente, a publicidade de nossos atos e, aí sim, transformamos os interesses de cada um de nós em algo politicamente organizado, capaz de mobilizar as pessoas para a participação, quer seja na política, quer seja na vida social e coletiva de nosso Estado, pela agregação das preferências. Não devemos culpar os fracassos ou sucessos de alguns pelo poder da TV ou das mídias, mas devemos, sim, reconhecer a competência, a coragem e a determinação para



se fazer cumprir o planejamento embasado na informação daquilo que cada um de nós temos em mente para as nossas vidas. Em uma sociedade cada vez mais informada, é preciso que cada um assuma as suas responsabilidades próprias, pois em uma sociedade política todos somos responsáveis por nossos atos.

Para finalizar, posso dizer que é com muito orgulho que prestamos neste dia esta homenagem aos 20 anos de Record Minas e queremos dar os nossos parabéns e integral apoio a essa grande emissora dos mineiros por relevantes serviços prestados ao nosso Estado. Continue trilhando, Rede Record, o caminho do sucesso, quiçá o caminho da liderança, que, de forma tão obstinada, tão competente e tão compromissada, vem, ao longo dos anos, firmando muito nessa visão. E certamente, num breve espaço de tempo, cada um de nós estará vivenciando esse objetivo como realidade na vida dos profissionais, que fazem da Rede Record uma grande TV. Estou neste Estado há aproximadamente 20 anos, e fui um dos que têm acompanhado o crescimento da Rede Record. Aqui está uma das funcionárias mais antigas da casa, a Cátia. Alguém disse que devem puxar o saco dela, porque passam diretores, ficam diretores, e ela continua. Não é isso, Eduardo Costa? Foi você quem disse isso. Ela também presenciou e vivenciou o crescimento da Rede Record, em nome dos seus funcionários. A emissora iniciou seus trabalhos na Rua Rio Grande do Norte, praticamente no fundo de uma galeria, e hoje se encontra num prédio. Ainda não é um prédio da imponência e importância da Rede Record. Naturalmente todos os mineiros desejamos e queremos a continuidade desse crescimento. Num breve espaço de tempo, veremos as instalações da Rede Record na sua amplitude, na continuidade das contratações dos diversos profissionais da área de mídia. E veremos, sem dúvida alguma, outras homenagens se fazendo merecidas nesta Casa Legislativa. Parabenizo os diretores da Rede Record Minas, os seus funcionários, os seus admiradores e os telespectadores, que têm auxiliado e ajudado a consolidar uma das lideranças da Rede Record no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado a todos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará entrega ao Sr. Cláudio Rodrigues, Diretor Executivo da Record Minas, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “A Rede Record Minas, presente há 20 anos no cenário televisivo mineiro, vem fortalecendo, ao longo de sua existência, o papel de emissora à frente de seu tempo, empenhada em levar informação, serviços e entretenimento a seu público, que cresce cada vez mais. Com uma equipe de profissionais de talento e renome, altamente qualificados, desenvolve uma programação especialmente voltada para o dia a dia do Estado, valorizando as peculiaridades do povo mineiro. É com satisfação que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais se congratula com a Rede Record Minas por seu destaque e por seu relevante desempenho como veículo de comunicação”.

O Sr. Presidente - Convido o querido amigo Deputado Carlos Henrique para me acompanhar neste momento tão especial e aproveite a oportunidade para convidar também o nosso querido Governador em exercício Alberto Pinto Coelho.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Cláudio Rodrigues

Boa noite a todos. Primeiro, gostaria de registrar as presenças do nosso ilustríssimo Governador em exercício Alberto Pinto Coelho, representando o Governador Anastasia; do nosso Prefeito Márcio Lacerda, que muito nos honrou com o convite que nos fez hoje pela manhã para participar de um fórum, que será de grande valia para Belo Horizonte e para as cidades do entorno; do Deputado Federal Weliton Prado; do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; e do Deputado Carlos Henrique, autor do requerimento. Cumprimento todos os outros Deputados presentes, demais autoridades e, em especial, os funcionários e colaboradores dessa emissora que tanto tem representado para o nosso país, especialmente para Minas Gerais.

É com imenso prazer que a Record Minas recebe essa homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ações como essa nos fazem perceber que o trabalho e o esforço da Record e dos seus colaboradores em busca da qualidade e satisfação dos mineiros têm dado certo. O reconhecimento desse empenho em divulgar e promover a cultura do Estado é um grande presente para toda a equipe da Record Minas. Nossa história em Minas Gerais começou no dia 12/5/91, quando foi fundada a TV Sociedade, afiliada à Rede Record. Vejo esta homenagem como um reconhecimento de Minas Gerais e do seu povo. Hoje a Record tem o DNA dos mineiros. Ao longo da sua história nesse lugar, há 20 anos, passou por muitas dificuldades e lutas, mas provou e tem provado para o que veio. Ela veio para divulgar o Estado, para mostrar as suas belezas e riquezas, para lutar também pelas suas causas, para promover o seu crescimento e o seu desenvolvimento e para fazer o mais importante de tudo: agradar o seu povo. Com a visão ousada de ser uma TV de todos os brasileiros, buscando a liderança, a Record passou a perceber que o regionalismo e a valorização dos assuntos do Estado eram de extrema importância para chegar mais rapidamente à liderança. Foi isso o que fizemos aqui. Cada vez mais, abrimos espaços em nossa programação para divulgar Minas não só para os mineiros, mas também para o restante do Brasil e do mundo.

Considerando o regionalismo, realizamos investimentos maciços, que refletem a preocupação da Record Minas em oferecer sempre uma programação local de qualidade. Investimos na contratação de bons profissionais, sempre dando preferência à prata da casa, a mineiros; no desenvolvimento de atrações específicas para os mineiros e na formação de uma equipe de jornalismo capacitada e ágil, visando sempre ao bem-estar do nosso povo. Faço questão de frisar: nosso povo, porque o que Minas tem de melhor é o seu povo. Em muitos casos, somos o elo entre a população e os poderes competentes, com o intuito de solucionar os problemas sociais e também de dar projeção às coisas de Minas para o resto do Brasil. Aliás, hoje temos programas como o “MG no Ar”, apresentado por Eduardo Costa, o “Balanço Geral”, apresentado por Mauro Tramonte, que têm sido transmitidos ao vivo, e outros, simultaneamente, para a Europa e os Estados Unidos. Isso muito nos orgulha porque podemos mostrar a cultura, a força e o poder de Minas não só para Minas e para o Brasil, mas também para o mundo. Com isso, quebramos diferenças e, graças a Deus, caímos na graça dos mineiros.

Hoje temos um grande crescimento em audiência, e o nosso sinal já está em mais de 582 cidades, atingindo mais de 18 milhões de telespectadores em Minas. Vamos continuar crescendo, expandindo-nos e investindo nesse grandioso, próspero e maravilhoso Estado.

Consolidamos a vice-liderança e, quem diria, alguns de nossos programas têm ficado em primeiro lugar. Isso é muito bom, pois monopólio não é agradável para ninguém. Hoje ouvi uma expressão muito bonita: “democracia radical”. Não foi, Prefeito Márcio



Lacerda? Então, quando quebramos monopólio, a população é quem ganha, assim como todos os poderes, econômicos, políticos, sociais, principalmente o telespectador, porque se apresenta uma programação de melhor qualidade. Assim, temos uma opção a mais para que todos esses segmentos possam fazer suas escolhas. E a Record veio para democratizar a informação e a programação e fazer com que a liderança seja alcançada para que tenhamos como objetivo principal o desenvolvimento do Estado, do País, do local de onde a Record está irradiando o seu sinal. Há 20 anos, quando a Record começou, isso era uma utopia, uma loucura. Mesmo próximos do quarto lugar e não do primeiro, o nosso jeito ousado de ser e de fazer televisão, o acionista e toda a sua equipe de Diretores ousaram e disseram que seríamos uma das maiores redes de televisão não só do Brasil, mas do mundo. E o regionalismo está-nos levando a chegar a esses patamares. Quando priorizamos o que está sendo bom na localidade, passamos a ganhar a simpatia da população. Graças a Deus conquistamos a simpatia do povo mineiro.

Em nosso 20º aniversário e diante dessa belíssima homenagem, nós da Record Minas podemos apenas afirmar que esperamos crescer mais a cada dia, que esperamos que cada vez mais pessoas abram as portas de suas casas para nós. Assim, poderemos contribuir com informação e entretenimento de qualidade. Este é o nosso objetivo: levar aos telespectadores mineiros o que eles desejam e esperam assistir.

Estamos muito honrados e lisonjeados com a homenagem que a Assembleia, representante do povo de Minas, faz à nossa emissora. Isso faz com que nos dediquemos e com que, cada vez mais, o Estado se desenvolva e cresça. Trabalharemos com mais afinco para a Record contribuir com esse desenvolvimento e, principalmente, para ajudar a população, esse povo tão querido, tão acolhedor e também desconfiado, mas que, quando conhece, abraça, e o abraço é muito sincero, afável e amigo. Muito obrigado ao Estado de Minas por esta homenagem à nossa emissora e a todo o povo mineiro. Parabéns, mais uma vez.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos a todos a ouvir a Banda Bios - Bombeiro Instrumental Orquestra Show, que, sob a regência do 1º-Sargento Amauri Pereira de Paula, apresentará as seguintes canções: "Theme from Peter Gunn", de Henry Mancini, "Careless Whisper", de George Michael, e "Chips in Salsa", de Gerald Albright.

- Procede-se à apresentação musical.

O locutor - Em nome do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, agradecemos a mais essa brilhante apresentação da Bios, que, assim como a Rede Record, é certeza de sucesso. A orquestra Bios representa, nesta oportunidade, a corporação dos Bombeiros de Minas Gerais, que neste ano completa 100 anos de relevantes serviços prestados ao povo mineiro.

Palavras do Sr. Presidente

Excelentíssimo Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado de Minas Gerais em exercício; Sr. Cláudio Rodrigues, Diretor Executivo da Record Minas; Exmo. Sr. Deputado Federal Weliton Prado; Exmo. Sr. Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Deputado Carlos Henrique, dileto amigo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputada Liza Prado; Deputado Bosco e Deputado Bispo Gilberto, fraterno amigo; aproveito a oportunidade para cumprimentar a Sra. Regina Lacerda, esposa do Prefeito de Belo Horizonte e peço licença para, em nome dos valorosos profissionais da imprensa Carlos Viana e Eduardo Costa, saudar todos desse setor fundamental para o pleno exercício da democracia. Aproveito a oportunidade, procurando ser um bom aluno, para saudar a Sra. Cátia, funcionária de anos e anos que tem uma folha indelével de serviços prestados à Record e ao nosso querido Estado de Minas Gerais.

Senhoras e senhores, é com alegria imensa que comemoramos os 20 anos da Rede Record Minas, presente na vida cotidiana dos mineiros, com uma programação de qualidade e vivamente interessada em difundir os acontecimentos e a cultura do Estado.

Ao longo dessas duas décadas, vem a emissora contribuindo enormemente para o processo de democratização da informação e do entretenimento, cobrindo quase 600 Municípios e atingindo um público de 18 milhões de pessoas.

Como veículo de comunicação, João Carlos, a televisão já é parte da vida de todos nós, fato que remonta às suas origens, nos anos 1930. Foi assim que a BBC, ainda em 1939, transmitiu a coroação do Rei Jorge VI para 50 mil telespectadores pioneiros, deixando os estúdios e buscando a emoção que palpitava nas ruas. É essa mesma emoção, querido Secretário Nestor, que transborda dos estádios e chega às nossas casas em eventos como os Jogos Pan-Americanos e as Olimpíadas, unindo corações e olhares simultaneamente pelo mundo, eventos que a Record trará, neste ano e no próximo, para todos nós.

A grande aldeia global já era definida pelos teóricos da comunicação social nos anos 1960, quando, via satélite, a televisão passou a unir os mais distantes pontos do planeta, influenciando, cada vez mais, nas ideias e no comportamento de milhões de pessoas. Imagens do conflito no Vietnã, o primeiro a receber cobertura via satélite, mudaram, decisivamente, a opinião da população americana sobre a guerra. Graças à televisão, Deputado Bispo Gilberto, o mundo pôde assistir, em julho de 1969, à apoteótica chegada do homem à lua, talvez o maior feito do século passado. Ao adquirir, pela resposta da audiência, a admiração do povo mineiro, a Record tem-se mostrado uma empresa de fortes laços com nosso Estado. Para isso, não mediu esforços para contratar profissionais locais, investindo no talento de nossa gente, com ênfase no jornalismo, no esporte e no entretenimento. É, desde o ano passado, a maior produtora de programas gerados localmente, usando a mais atualizada tecnologia, proporcionando um permanente diálogo com o País e o mundo. O sotaque mineiro vem sendo então colocado em relevo diante de outras linguagens que expressam a contemporaneidade internacional. Vem a rede, no momento, mostrando-se um grande laboratório na construção de carreiras técnicas e artísticas, ao mesmo tempo em que impulsiona nosso mercado publicitário.

Aos diretores e funcionários da Record Minas e, em especial, ao nosso querido, dinâmico e arrojado Cláudio Rodrigues, que, ao longo desses 20 anos, contribuíram com a consolidação da emissora, os nossos reconhecidos cumprimentos. Esta Assembleia, a Assembleia de Minas, a Casa do povo, querido Deputado Carlos Henrique, une-se, portanto, a todos, ao nosso povo, à nossa gente,



aos mineiros e mineiras que representa, para parabenizar a Rede Record Minas por seu estímulo à criação, à produção e à exibição dos bens culturais locais. Vá em frente, querida Rede Record. Muito obrigado.

Palavras do Governador do Estado

Caríssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu dileto amigo Deputado Dinis Pinheiro; caríssimo Deputado Federal Weliton Prado; caríssimo Márcio Lacerda, Prefeito da nossa Capital; Sr. Cláudio Rodrigues, Diretor Executivo da Record Minas, em cuja pessoa estendo os meus cumprimentos à família Record; nobre Deputado Carlos Henrique Alves da Silva, autor do importante requerimento aprovado pelo Parlamento mineiro; Srs. Deputados presentes - Deputados Gilberto Abramo, Bosco e Liza Prado. Sr. Subsecretário de Comunicação do governo de Minas Gerais, Nestor de Oliveira, companheiro de governo; Sr. Fernando Magalhães, Presidente da Emater; Sr. José Carlos Machado Júnior, Presidente da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais; demais autoridades; profissionais da imprensa; minhas senhoras e meus senhores. Em nome do governo do Estado de Minas Gerais, tenho a satisfação de associar-me à homenagem que a Assembleia Legislativa presta nesta solenidade à Rede Record Minas no transcurso de 20 anos de atividades em nosso Estado. Quero dizer ao caro Diretor Executivo da Record Minas, prezado Cláudio Rodrigues, e em sua pessoa transmito a expressão de nosso reconhecimento a todos os integrantes da emissora em nosso Estado, das equipes de redação às áreas técnicas, dos serviços administrativos ao corpo operacional, que a marca Record constitui um patrimônio imaterial do povo brasileiro. Desde aquela noite da sua transmissão pioneira em 27/9/53, há quase 60 anos, portanto, impulsionada pelo gênio fundador de Paulo Machado de Carvalho, a Record levou ao ar programas que marcaram época na história da televisão no Brasil. Os festivais da música popular brasileira; o Fino da Bossa, com Elis Regina e Jair Rodrigues; a Jovem Guarda, com Roberto Carlos; a Família Trapo, com Jô Soares e Ronald Golias; novelas como As Pupilas do Senhor Reitor e Os Deuses Estão Mortos, de Lauro César Muniz, são ícones que permanecerão para sempre presentes na memória da televisão brasileira. A realidade de hoje, sobretudo a partir da década de 1990, quando a Record passou a novo controle acionário, dá continuidade aos chamados anos dourados, com a projeção da emissora em todo o território brasileiro e em mais 150 países, através da Record Internacional, com sinal recebido nos Estados Unidos, Canadá, Europa e em todo o continente africano, alcançando ainda a Ásia. Sobretudo a partir de 2010, com integral e irrestrito apoio do Presidente nacional da Record, o Dr. Alexandre Raposo, mentor primordial da Record Novelas e da Record News, a emissora vem assumindo um novo e destacado espaço informativo e cultural em Minas Gerais.

Assim, ao completar seu 20º aniversário no Estado, a Record alcança um público de 18 milhões de telespectadores, como já foi afirmado, levando notícia, cultura, esporte e lazer para 600 Municípios mineiros. Acompanhando esta escalada ascensional da Rede Record em Minas, permitam-me aqui recordar algumas presenças marcantes que fazem parte dessa história, como a do primeiro Diretor Regional, Manoel Ramos, no início dos anos 90, tão logo o Bispo Edir Macedo assumiu a direção da cabeça de rede em São Paulo, assumindo ao mesmo tempo o controle das filiadas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e Pernambuco. E logo foi adquirida por Manoel a sede própria da emissora em nossa Capital, no coração do Bairro Floresta, em prédio que foi totalmente projetado para acolher a operação televisiva. Recordo-me do trabalho do seu gerente técnico para implantar as novas tecnologias da rede, o caro Wárxio Silva, que todos nós conhecemos por Quinzinho, lançando os novos transmissores da emissora. O trabalho jornalístico então comandado pela Alexânia Goulart, a profissionalização das equipes, a criação do departamento de programação, com ênfase no jornalismo, e do departamento de “marketing” e pesquisa. E o caro Diretor Comercial Wagner Espanha bem se recorda das lutas, das aflições e dos desafios vencidos pelo seu antecessor Arnaldo Valle na abertura de novos espaços mercadológicos para o crescimento empresarial da Rede Record em Minas. Quando a emissora assume a liderança na grade de programação local, ancorada no carro-chefe do “Balanço Geral”, contando com profissionais da mais alta qualificação no mercado mineiro, como foi aqui destacado pelo Presidente Deputado Dinis Pinheiro, quis aqui fazer essa união dos tempos, sinal e compromisso de que o futuro sempre herdará do passado as maiores lições e as melhores bênçãos na trajetória da Record Minas. Encerro evocando um dos lemas da Record, além do “TV Primeira”, que sempre me tocou de modo muito particular e que foi ao ar especialmente de 2003 a 2007: “Paz é a gente que faz”. Paz, felicidade e sucesso: é o que desejo para todos. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 4 de julho, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA		Data: 6/5/2011	
		Início: 9 horas	Término: 14h55min
Comissão: Segurança Pública (5ª Reunião Extraordinária)			
Local: Câmara Municipal de Passos			
Tema: criminalidade violenta, homicídios e tráfico de drogas			
Finalidade: debater a segurança pública na região			
Origem: requerimento do Deputado Cássio Soares			
Participantes da Mesa		Órgão ou entidade	
Deputado João Leite		ALMG, Presidente da Comissão de Segurança Pública	
Deputado Cássio Soares		ALMG, membro da Comissão de Segurança Pública	
Deputado Sargento Rodrigues		ALMG, membro da Comissão de Segurança Pública	
Deputado Antônio Carlos Arantes		ALMG, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial	



José Hernane Silveira	Prefeito Municipal de Passos
Vereadora Cenira de Fátima Gomes Macedo	Presidente da Câmara Municipal de Passos
Luiz Carlos Cardoso Negrão	Juiz da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Passos
Arsênio Pinto Neto	Juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais e Precatórias da Comarca de Passos
Paulo Frank Pinto Junior	Promotor de Justiça da Comarca de Passos
Alexandre Martins da Costa	Diretor de Articulação de Atendimento Jurídico da Secretaria de Defesa Social – Seds –, representando o Secretário de Defesa Social
Cel. José Dimas da Silva Fonseca	Comandante da 18ª Região Integrada de Segurança Pública, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar
Antônio Carlos Corrêa de Farias	Chefe da 18ª Região Integrada de Segurança Pública, representando o Chefe da Polícia Civil
Cap. Geraldo Coelho	Comandante da 2ª Companhia de Passos
Paulo Vaz Alkmin	Ouvidor de Polícia do Estado
Renato Andrade	Subsecretário de Estado de Política Urbana
Frederico Ozanam de Souza	Presidente do Consep de Passos

Sinopse:

O Deputado João Leite declarou aberta a reunião, compôs a Mesa e passou a palavra aos oradores. Quanto à sistemática dos trabalhos, a Presidência adotou o método de conceder a palavra a uma autoridade que se encontrava na Mesa e, intercaladamente, aos que foram participar da audiência na plateia e desejaram se pronunciar. Registre-se que a reunião foi acompanhada por cerca de 440 participantes.

O primeiro orador foi o Deputado Cássio Soares, autor do requerimento que deu origem à audiência. Em sua fala, o Deputado justificou a realização da reunião em Passos tendo por base a onda de violência que atingiu a cidade em 2011. De acordo com ele, o Município registrou, nos quatro primeiros meses do ano, quase o mesmo número de homicídios de todo o ano de 2010. Frisou também a existência de problemas de segurança pública em outros Municípios da região. O Deputado Cássio Soares informou que, após reunir-se com diversas autoridades do sistema de defesa social e conversar com o Chefe do Executivo, tinha a anunciar que o Governador Antônio Anastasia autorizara as seguintes providências: a realização de um novo concurso público para a seleção de 144 Delegados e 205 Escrivães na Polícia Civil; a liberação de 15 novas viaturas para o 12º Batalhão da Polícia Militar de Passos em junho; envio de 40 novos policiais militares para atender as cidades da região; e a implementação do sistema de integração da gestão de segurança pública (Igesp).

A Presidente da Câmara Municipal de Passos, Vereadora Cenira de Fátima Gomes Macedo, lembrou que o Poder Legislativo municipal promoveu uma audiência pública na cidade, que deu origem a uma carta de intenções visando a reduzir a violência. Segundo ela, resultados já foram alcançados, tais como a abertura de novas vagas para menores; casas de triagem para usuários de álcool e drogas; limpeza de terrenos baldios; e envio de documento para o Governador, solicitando melhores condições de trabalho para policiais civis e melhoria na iluminação pública.

Em seguida, pronunciou-se o Juiz da Comarca de Passos, Arsênio Pinto Neto, que concordou com a necessidade de a segurança pública na cidade merecer atenção. Para o magistrado, apesar de a violência estar crescendo em todo o País, os índices de criminalidade na região aumentaram em consequência do tráfico de drogas, responsável, segundo ele, por 80% das prisões na comarca.

Com a palavra, o Presidente do Consep de Passos, Frederico Ozanam de Souza, reiterou a grande mobilização da sociedade passense em busca de tranquilidade e entregou aos membros da Comissão um documento de reivindicações assinado por 12 mil cidadãos, pedindo uma solução para a questão da segurança pública na região. Segundo ele, a violência é fruto da pobreza, da miséria e de um sistema prisional que não dá uma segunda chance aos infratores. Para ele, as polícias são mal equipadas e estruturadas, sem condições para cumprir com eficiência suas funções. Ainda segundo o Presidente do Consep, “as prisões devem ser reformuladas com a criação de oficinas de trabalho para que a laborterapia possa ser aplicada de fato, dando oportunidade para que os condenados possam efetivamente ser recuperados para a vida em sociedade”.

O Juiz da Infância e da Juventude de Passos, Luiz Carlos Cardoso Negrão, cobrou das autoridades mais vagas para a internação de menores infratores. Ainda segundo ele, é preciso que sejam criadas políticas públicas de prevenção da criminalidade, com programas de incentivo a crianças e adolescentes. Disse ainda que as polícias precisam ser mais bem equipadas e devem ser instaladas novas varas de execução criminal para desobstruir o excesso de trabalho do Poder Judiciário local.

A Sra. Cleonice Mendonça salientou a necessidade de as escolas do século XXI se prepararem para os desafios do tempo atual, que incluem a elaboração de projetos para lidar com a situação do estudante autor de ato infracional. O Promotor de Justiça da Comarca de Passos, Paulo Frank Pinto Júnior, em sua fala, comemorou o fato de, na atualidade, haver interlocução entre os órgãos ligados à segurança pública, o que, para ele, contribuirá para reduzir os índices de criminalidade em Passos.

A Defensoria Pública Ana Paula Lopes de Freitas ressaltou que é preciso aprender a respeitar o direito de defesa dos encarcerados. Segundo ela, em Passos a principal causa de prisões é o tráfico de drogas. Em relação à Defensoria Pública, ressaltou que 60% das comarcas do Estado estão desprovidas de Defensores Públicos, e o Estado gasta muitos recursos com advogados dativos.

A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao estudante Luiz Henrique Goulart Bernardes, aluno do Colégio Del Rey. O adolescente perguntou às autoridades policiais presentes na Mesa “o que a comunidade pode fazer para auxiliar os policiais, tanto militares quanto civis, na redução das atividades criminais em nosso Município?”

O Chefe 18ª Região da Polícia Civil, Delegado Antônio Carlos Corrêa de Farias, disse que a comunidade de Passos auxilia a polícia permanentemente, pois é presente e participativa, e que esse é o caminho para a redução da criminalidade na região.

Já o Comandante da 18ª Região da Polícia Militar, Cel. José Dimas da Silva Fonseca, sugeriu que a população participe do Consep municipal. Ele também destacou que a sociedade vive uma crise no núcleo da família, a qual não forma as crianças e os adolescentes. Disse que poderá ser criada uma companhia de ensino e treinamento de policiais em Passos, mas que as iniciativas ainda não são suficientes para combater a violência em sua totalidade. Ainda respondendo a pergunta do estudante, o policial militar disse que a comunidade pode ajudar a polícia obedecendo às leis, pois há uma crise de valores na sociedade brasileira.

O Padre Clóvis Nery, da Paróquia da Penha, em Passos, destacou o trabalho das entidades religiosas em prol da segurança pública. Disse que elas, próximas do povo, acompanham o sofrimento das famílias devido à violência.

O Ouvidor de Polícia do Estado, Paulo Vaz Alkmin, explicou as atribuições funcionais de seu cargo e enfatizou seu caráter técnico. Disse que a Ouvidoria de Polícia é um órgão do Estado, não de governo. O Ouvidor é independente, autônomo e com mandato. Ele é escolhido pelo Conselho Estadual de Defesa Social, órgão máximo de assessoramento ao Governador do Estado, em que estão presentes os comandantes das corporações, o chefe do Ministério Público, o chefe da Defensoria Pública e também representantes da população. Salientou em sua fala que a sociedade pode e deve participar por meio do envio de denúncias e sugestões: “recebemos denúncias, manifestações, reclamações e também elogios por meio da internet, de cartas, de telefonemas e pessoalmente”. O Ouvidor explicou a dinâmica de trabalho da Ouvidoria e anunciou que Passos está nos planos do órgão para a instalação de uma Ouvidoria itinerante, oportunidade em que um escritório do órgão se instalará transitoriamente no Município.

Em seguida, Roberto Guelere, cidadão de Nova Resende, fez uso da palavra para denunciar o déficit de policiais civis e militares em algumas localidades da região, que têm assistido ao aumento de criminalidade devido ao abandono. Citou o exemplo do Distrito de Petúnia, em Nova Resende, com 2.500 habitantes, onde ocorreram três assaltos com emprego de violência apenas no último mês. Reclamou também que em seu Município, Nova Resende, com 15 mil habitantes, o Delegado atende uma única vez por semana, à tarde, e que o Promotor de Justiça também só pode se deslocar de Passos uma vez por semana para atender a cidade. Benedito Donizete da Silva, Presidente do Lar São Vicente de Paulo, do Distrito do Divino Espírito Santo, Município de Alterosa, concordou com a denúncia de falta de policiais na região.

O Subsecretário de Estado de Política Urbana, Renato Andrade, disse que a violência deve ser combatida com a criação de oportunidades para os jovens e para suas famílias e defendeu que a hora é de união da comunidade, para que sejam alcançados resultados.

A Sra. Maria Soares destacou que a união dos governos municipais, estadual e federal resolveria o problema da polícia e da segurança pública.

Para o Deputado Sargento Rodrigues, o Ministério Público e o Poder Judiciário têm que participar dos esforços de combate à criminalidade para que haja melhores resultados. Citou o exemplo da dependência das polícias de autorizações judiciais para sua atuação, tais como para busca e apreensão. Ainda segundo o parlamentar, a interlocução entre órgãos da segurança pública e a comunidade é fundamental. Nesse sentido, o Deputado elogiou a condução dos trabalhos na audiência pública, na qual foi dada a palavra a muitas pessoas. Para ele, ouvindo a população é que se tem a noção exata do que é preciso ser feito. Também de acordo com o Deputado Sargento Rodrigues, a população deve apoiar as polícias para que a resposta seja mais eficiente. O parlamentar destacou ainda que a família e a escola precisam acompanhar mais atentamente a formação das crianças e adolescentes, que podem se tornar os infratores do futuro.

O Padre Dirceu Soares Alves fez uso da palavra para conchamar a todos a apoiar as famílias a enfrentar o problema das drogas.

O Deputado Antônio Carlos Arantes questionou por que Passos está em uma situação muito diferente da de outra cidade de médio porte da região, São Sebastião do Paraíso. Disse, a título de exemplo, que São Sebastião do Paraíso, segundo a imprensa local, já contabiliza 22 meses sem nenhum assassinato. Para ele, um dos motivos do sucesso da política de segurança naquele Município é a interlocução e a união entre os órgãos de segurança pública e a sociedade. Para ele, as polícias estão sendo reestruturadas, mas ainda há muito a ser feito, e concluiu: “É inadmissível que Passos seja uma das cidades mais violentas do Estado”.

Alexandre Martins da Costa, representando o Secretário de Defesa Social, destacou que o Governador prioriza a questão da segurança pública e que, no caso do sistema prisional, foca as políticas de ressocialização do encarcerado, preparando seu retorno ao convívio social. Segundo ele, o Estado se preocupa com o atendimento e zela pelo direito do preso.

O Prefeito Ismael Cândido, de Ibiraci, disse que os Municípios são os maiores interessados na redução da criminalidade, tanto que sua cidade, com 12 mil habitantes, contribuiu com cerca de R\$100.000,00 para o funcionamento das Polícias Militar e Civil em 2010. Disse também que quando as pessoas ligam para a polícia para esta atender a uma ocorrência, e esta não atende, a segunda alternativa para atendimento “é o celular do Prefeito”. Outros Prefeitos presentes na reunião, como Paulo Geraldo Honório Pereira, do Município de São Pedro da União, fizeram coro com essas colocações.

O Delegado Marco Antônio de Paula Assis, do Sindicato dos Delegados de Polícia, pediu a palavra para denunciar as deficiências estruturais da Polícia Civil, tais como a falta de servidores, desde Delegados até funcionários administrativos.

Ao final da reunião, os Deputados indagaram às autoridades policiais quanto ao ritmo das investigações e sobre o que estava sendo feito para reduzir a criminalidade em Passos. O Delegado Antônio Farias disse que prossegue as investigações sobre a autoria dos recentes homicídios em Passos, mas adiantou que a maior parte dos crimes se relaciona ao tráfico de drogas. O Delegado Rodrigo Storino complementou dizendo que a maior parte das drogas comercializadas em Passos vem do Paraguai, entra por São Paulo, Ribeirão Preto, depois segue a rota. A Polícia Militar informou que está investindo em ações conjuntas e em maior aproximação com a comunidade, de modo a aumentar a prevenção a delitos na cidade.

Encaminhamentos:

Como resultado desta audiência foram aprovados os seguintes requerimentos, em que se solicita:

- seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para designar um Promotor de Justiça para a Comarca de Nova Resende;
- seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pedido de providências para criar novas varas cível e criminal na Comarca de Passos, bem como para a instalação efetiva da Comarca de Itai de Minas;
- seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para que a Subsecretaria de Administração Prisional assumira a gestão da cadeia pública de Alpinópolis;
- seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante da Polícia Militar pedido de providências para que seja ampliado o efetivo da Polícia Militar no Município de Delfinópolis, em especial



nos Distritos de Olhos d'Água e Ponte Alta, bem como no Município de Nova Resende, especialmente no Distrito de Petúnia;
seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para o aumento do efetivo da Polícia Civil no Município de Nova Resende, bem como para designar um Delegado permanente para o Município;
seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para a designação de um Delegado para o Município de Itai de Minas;
sejam encaminhados ao Prefeito Municipal de Passos cópia das notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para implantar medidas de prevenção social à criminalidade no Município.

Link para resultado:

<http://www.almg.gov.br/RComissao/Resultado/Resultado06052011.asp#Reuniao1>

Link para notícias:

http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_838854.asp

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

João Leite, Presidente – Cássio Soares – Maria Tereza Lara.

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA		Data: 9/5/2011
		Início: 9h30min
		Término: 12h30min
Comissão: Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.		
Local: Centro Técnico Cultural da Universidade Federal de Itajubá – Itajubá.		
Tema: Circuitos turísticos, Sul de Minas, turismo, regionalização, ICMS Turístico.		
Link para o projeto de lei:		
Finalidade: Discutir a pauta de prioridades para o desenvolvimento do turismo na região Sul do Estado.		
Origem: Requerimento do Deputado Ulysses Gomes.		
Participantes	Órgão, entidade ou cargo	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	ALMG	
Deputado Ulysses Gomes	ALMG	
Deputado Pompílio Canavez	ALMG	
Sra. Jussara Maria Rocha	Secretaria de Turismo	
Sr. Jorge Renó Mouallem	Prefeito Municipal de Itajubá	
Sr. José Maurício Carneiro da Silva	Associação de Integração do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas	
Sr. Maurício Gabriel	Associação de Integração Regional do Circuito das Águas	
Sr. Francisley Gonçalves Pinto	Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas	
Sr. Luiz Carlos de Pádua	Associação do Circuito Turístico Nascentes das Gerais	
Sr. Gustavo Pessoa Arrais	Associação do Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas	
Sra. Lily Maria Taylor da Cunha e Mello	Associação do Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira	
Sr. Vinícius Amantéa Campos	Circuito Turístico Vale Verde Quedas d'Água	
Sr. Francisco Melo	Presidente da Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais	
Sr. Laudelino Augusto dos Santos Azevedo	Vice-Prefeito Municipal de Itajubá	
Sinopse:		
<p>O turismo é uma atividade econômica sustentável e com grande capacidade de geração de renda. Os grandes eventos esportivos dos próximos anos, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, que realizarão competições no Estado, ressaltam o potencial turístico de Minas Gerais.</p> <p>Uma das diretrizes que orientam a política pública de turismo adotada pelo Estado é a de regionalização. O governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo - Setur -, tem incentivado o investimento dos Municípios no desenvolvimento de políticas de turismo, por meio de incentivos tributários no repasse do ICMS, o chamado ICMS Turístico. Outra expressão dessa diretriz consiste no apoio à formação, certificação e fortalecimento das associações de circuitos turísticos, que agregam Municípios com características semelhantes, sejam culturais, geográficas ou históricas. Por meio da gestão conjunta das ações de turismo, busca-se potencializar as complementaridades entre os Municípios, alcançando resultados melhores do que aqueles obtidos de forma independente.</p> <p>O Sul de Minas Gerais apresenta diversos atrativos turísticos, tais como quedas-d'água e estâncias climáticas. Além disso, apresenta maior grau de institucionalização da gestão por meio de associações de circuitos. Dessa forma, a discussão do turismo na região, que ganha destaque devido aos eventos esportivos de grande porte que serão disputados no Brasil nos próximos anos e também devido à proximidade com duas importantes cidades-polo, Belo Horizonte e São Paulo, deve incluir as associações de circuitos.</p> <p>Durante a audiência pública, os Deputados e a Sra. Jussara Maria Rocha, gestora da Setur, expuseram o histórico das políticas estaduais de turismo, destacando o foco na regionalização e o associativismo, bem como o potencial representado pela Copa do Mundo e pela Olimpíada. Lembraram ainda que esforços têm sido empreendidos para que cidades da região sejam selecionadas como subsedes da Copa do Mundo.</p> <p>Os representantes das associações de circuitos, por sua vez, relataram o potencial turístico da região, apresentaram possibilidades de melhoria na política estadual de turismo e expuseram as dificuldades da gestão por meio de circuitos turísticos, bem como demandas dos circuitos. Entre as principais reivindicações dessas associações, destacam-se o aperfeiçoamento da legislação estadual para reconhecimento de circuitos turísticos, a clarificação das atribuições das associações, o aumento dos recursos orçamentários da Setur, o apoio direto da Secretaria às associações, o aumento da</p>		

participação do critério "turismo" na repartição do ICMS, a melhoria da infraestrutura turística e de transportes e o apoio para qualificação de mão de obra.

Encaminhamentos:

Anexos:

http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_839052.asp

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Rômulo Viegas.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/6/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Pompílio Canavez (substituindo este ao Deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência da Sra. Marlene Gomes Santos e outros, diretores de escolas estaduais de Araxá, publicada no "Diário do Legislativo", em 4/6/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 257/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Carlin Moura, aprovado pela Comissão. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac e retira-se o Deputado Pompílio Canavez. Após discussão e votação, são aprovados, no 1º turno, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 2, do Projeto de Lei nºs 446/2011 (relator: Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição) e o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 505/2011 (relator: Deputado Paulo Lamac, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 971/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 847, 873, 875 e 881/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Vitor Xavier, em que solicita seja realizada reunião com convidados para apresentar o projeto "Cidade da Ciência e do Conhecimento" e debater seus impactos para a Capital e o Estado; Dalmo Ribeiro Silva (2), em que solicita seja enviado pedido de informações à Secretária de Estado de Educação sobre o plano de atendimento do ensino médio da Escola Estadual Dom Eliseu, situada no Bairro Cachoeira, no Município de Unai; e em que solicita seja realizada visita ao Cetec e, também, reunião de audiência pública sobre o Centro Educacional em Aeronáutica - CEA - do Cetec, para debater as consequências do cancelamento do processo seletivo de 2011, por recomendação do Ministério Público Estadual, e a agilização do convênio que formaliza a "Rede de Educação Politécnica", a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Minas Gerais - Uemg - e o Cetec. É recebido pela Presidência requerimento da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Bosco, em que solicitam seja realizada visita à Creche Cantinho do Amor, situada nesta Capital, para conhecer as atividades de ensino em educação infantil desenvolvidas por essa escola conveniada, e é aprovado o relatório de audiência pública, realizada em 26/5/2011, no Município de Unai, que segue publicado após as assinaturas. Registra-se a presença do Sr. Edgard Salemi. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Bosco, Presidente – Carlin Moura – Paulo Lamac.

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA		Data: 26/5/2011
		Início: 10h30min
		Término: 14h30min
Comissão: Educação, Ciência e Tecnologia (10ª Reunião Ordinária)		
Local: Câmara Municipal de Unai		
Tema: Situação do câmpus da Unimontes em Unai		
Finalidade: Debater os problemas enfrentados pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - que têm dificultado o trabalho do corpo docente, interferido no aprendizado dos alunos e impossibilitado a instalação de novos cursos.		
Origem: Requerimento do Deputado Delvito Alves		
Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais presentes: Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Delvito Alves		
Participantes	Órgão ou entidade	
Adélio Justino Lucas	Ministério Público do Trabalho	
Deputado Antônio Andrade	Câmara dos Deputados	
Arlson Jacinto de Souza	Aluno da Unimontes	
Cel. Geraldo Donizete Luciano	Polícia Militar de Minas Gerais	
Dirlivalder do Nascimento Loyolla	Coordenador do Campus Unai da Unimontes	
Geraldo Magela da Cruz	Secretário de Educação de Unai	
Vereador Hermes Martins Souto	Presidente da Câmara Municipal de Unai	

José Gomes Branquinho	Vice-Prefeito de Unai
Vereador José Inácio Lucas	Câmara Municipal de Unai
Neusa Maria Nunes Quintão	Superintendência Regional de Ensino de Unai
Wagner de Paulo Santiago	Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças da Unimontes

Sinopse: Implantado há dez anos, o câmpus da Unimontes no Município de Unai ocupa atualmente o prédio da antiga Escola Estadual Tancredo Neves. No imóvel, cujas condições de funcionamento e infraestrutura são precárias, dividem espaço alunos da Unimontes e de uma escola municipal de educação básica. Durante a reunião, foi discutida a situação do câmpus de Unai, cuja precariedade da estrutura (as salas de aula e banheiros não têm portas e nem vidraças nas janelas, o mobiliário está danificado) afeta o aprendizado dos alunos.

A prefeitura, em virtude de ter doado o imóvel à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – e de não ter a responsabilidade constitucional de ofertar ou manter cursos de educação superior, não assumiu a reforma do câmpus, embora tenha tido gastos com ele, detalhados em relatório entregue à Comissão de Educação. Também foi encaminhada à Sectes planilha com estimativa de gastos e cronograma para a reforma do câmpus, que custará R\$ 1.438.000. Já de acordo com a Unimontes, a responsabilidade pela manutenção do câmpus é do Município, conforme acordado em convênio. À Unimontes caberia apenas garantir pessoal e recursos para o seu funcionamento. Além disso, tendo em vista a situação da estrutura do câmpus de Unai, a Universidade descartou a abertura de novos cursos.

Por fim, o Deputado Delvito Alves informou que a Sectes liberou os recursos para a reforma do câmpus.

Encaminhamentos: Aprovado requerimento dos Deputados Bosco e Delvito Alves. O primeiro solicita agendamento de reunião entre a Comissão de Educação e o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia para levar ao conhecimento deste as demandas apresentadas nesta reunião. O segundo solicita a abertura de novos cursos (Direito, Agronomia, Zootecnia) no câmpus de Unai.

Anexos:

Sala das Comissões, 27 de maio de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente – Carlin Moura – Paulo Lamac.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Neider Moreira e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: dois ofícios do Sr. Vilmar Resende (4/6/2011) e cartão do Sr. Clésio Andrade (9/6/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 5.092/2010, 469 e 796/2011 (Deputado Ivair Nogueira), 1.257/2011 (Deputado Bonifácio Mourão) e 524/2011 (Deputado Neider Moreira); Projeto de Lei Complementar nº 8/2011 e Projeto de Lei nº 179/2011, no 1º turno (Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 5.092/2010 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Délio Malheiros, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Corrêa); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Fred Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 586, 636, 654, 655, 696, 699, 709, 719, 739 e 839/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ofício ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, solicitando apuração de denúncias de supostas irregularidades na utilização de recursos destinados à saúde pública no Município de Teófilo Otôni, bem como cópia do laudo pericial contábil, emitido por auditoria legalmente constituída pelo Vereador Renan Pereira, atinente à movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Teófilo Otôni; são rejeitados requerimentos do Deputado Rogério Correia (5), em que solicita seja realizada visita ao Ministério Público para colher informações sobre processos abertos para investigação de denúncias sobre a Cidade Administrativa; em que solicita seja deliberada pelo Governador do Estado a jornada de 6 horas para os servidores da Cidade Administrativa; em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre pagamento de aluguel pelo Ipsemg para uso da Cidade Administrativa; em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre andamento de obras na Cidade Administrativa; e em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre o custo total da obra da Cidade Administrativa, bem como dos bens móveis e equipamentos. São recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio e Sávio Souza Cruz (3), em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de cópia dos inquéritos em que figuram como investigados ou indiciados os Srs. Humberto Candeisas, ex-Diretor do IEF; Geraldo Fausto da Silva, Ex-Vice-Diretor do IEF; Narciso Carlos de Almeida, ex-Procurador do IEF; Itamar Ferreira Gomes, ex-Chefe de Gabinete do IEF; Sérvulo Figueiredo Godoy, ex-Diretor do IEF; Fátima Figueiredo Paulo Guilherme, servidora da



Vigilância Sanitária; Júlio de Oliveira, ex-Diretor do IEF; Nádia Aparecida, ex-Diretora de Áreas Protegidas do IEF; Cláudia Martins, coordenadora da Força-Tarefa contra Incêndios; Regina Nonato, Procuradora do IEF; e Astor Schmilindnein, empresário do ramo da aviação civil; em que solicitam seja encaminhado ao IEF pedido de informações sobre a estrutura de funcionamento do órgão, com a relação nominal dos ocupantes de cargos que menciona; em que solicitam a realização de reunião de audiência pública para discutir os assuntos pertinentes a irregularidades no IEF e os reflexos na administração pública estadual; Rogério Correia (4), em que solicita a realização de reunião de audiência pública para debater e obter esclarecimentos acerca da situação dos trabalhadores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007; reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para tratar das diligências realizadas pelos Oficiais de Justiça, Comissários da Infância e Juventude, Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; reunião de audiência pública para debater alterações no Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais; reunião de audiência pública para discutir a situação em que se encontram os servidores públicos, principalmente os aposentados, no que se refere ao atendimento do Ipsemg; Sargento Rodrigues, em que solicita reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 5092/2010, e Neider Moreira (2), em que solicita a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a atuação das rondas noturnas e motoviagens em Belo Horizonte; e em que solicita à Seplag e à Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais providências para a nomeação imediata dos classificados no IV Concurso Público para provimento de cargos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Submetido a votação, é aprovado o relatório da audiência pública do dia 4/5/2011, realizada por esta Comissão, cuja finalidade foi discutir a remuneração dos profissionais de educação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Neider Moreira – Luiz Tadeu Leite – Doutor Viana.

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA		Data: 4/5/2011	
		Início: 14 horas	Término: 18 horas
Comissão: de Administração Pública			
Local: Plenarinho IV / Plenário			
Tema: remuneração dos profissionais de educação			
Finalidade: debater a implementação do piso nacional dos trabalhadores em educação, no Estado de Minas Gerais, julgado constitucional pelo STF, bem como o plano de carreira da educação, que completou seis anos de existência.			
Origem: requerimento do Deputado Rogério Correia, representando o Bloco Minas sem Censura.			
Deputados presentes: Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Ivair Nogueira, Neider Moreira, Rogério Correia, Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes, Carlin Moura, Rosângela Reis, Elismar Prado, Bosco, Liza Prado, Paulo Lamac, Pompílio Canavez e Ulysses Gomes.			
Participantes	Órgão ou entidade		
Fernanda de Siqueira Neves	Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag		
Marize Maria Gabriel de Almeida Pereira da Cunha	Assessora Especial do Secretário de Estado de Fazenda – SEF		
Leonardo Petrus	Subsecretário de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação – SEE		
Roberto Franklin de Leão	Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE		
Beatriz da Silva Cerqueira	Presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG		
<p>Sinopse: A Lei Federal nº 11.738, de 2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, foi objeto da ADI 4167, julgada improcedente pelo STF, em 6/4/2011, que considerou que o piso salarial do magistério deve ser entendido como vencimento inicial da carreira. Decorre disso a interpretação corrente de que quaisquer vantagens ou gratificações que venham a incidir sobre o vencimento inicial não devem ser computadas no valor definido para o piso. Ressalte-se que o acórdão ainda não foi publicado.</p> <p>Dessa forma, o objetivo da audiência foi discutir a implementação do piso do magistério no Estado na forma da lei e da recente decisão judicial, bem como o atual plano de carreira dos profissionais de educação básica, que, segundo os representantes da categoria dos trabalhadores em educação, apresenta diversas falhas em sua concepção e implementação. Os titulares das entidades representativas dos profissionais de educação – CNTE e Sind-UTE-MG – enumeraram os prejuízos para a categoria que podem advir da remuneração por subsídio, instituída pela Lei nº 18.975, de 2010, em face de sua incompatibilidade com as regras do piso salarial profissional do magistério, aprovadas em nível federal e ratificadas pelo STF. Além disso, ponderou-se que o prazo remanescente para opção por permanecer sob as regras do regime de remuneração anterior à implementação do subsídio seria muito exíguo, dado o potencial impacto decorrente de sua aplicação na remuneração dos profissionais de educação.</p> <p>Segundo a Subsecretária de Gestão de Pessoas da Seplag, após a publicação do acórdão da ADI 4167, será formado um grupo de trabalho para discutir as condições de implementação do piso do magistério e, assim, apresentar uma proposta mais concreta. Foi informado, ainda, pela representante da Seplag que haverá prorrogação do prazo para opção pelo regime remuneratório anterior ao subsídio por mais 30 dias contados do final do prazo previsto no art. 5º da Lei nº 18.975.</p>			



Encaminhamentos: não houve requerimentos aprovados na reunião.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Bonifácio Mourão – Neider Moreira – Sebastião Costa.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE PAULO ROBERTO MENICUCCI PARA DIRETOR-GERAL DA LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM 22/6/2011

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares e Doutor Viana (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Duarte Bechir, Bosco e Rômulo Viegas. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Paulo Roberto Menicucci para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais e de discutir e votar proposições da Comissão. Feita a arguição do Sr. Paulo Roberto Menicucci, passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, em turno único, da Indicação nº 29/2011 (relator: Deputado Cássio Soares), que conclui pela aprovação do nome do Sr. Paulo Roberto Menicucci para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2011.

Maria Tereza Lara – Presidente – Cássio Soares – Doutor Viana.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/6/2011

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Maria Tereza Lara e Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, João Leite, Célio Moreira, Rogério Correia e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o detento Bruno Fernandes das Dores de Souza e seu advogado, Sr. Cláudio Dalledone, com relação a denúncia de negociação para a concessão de "habeas corpus" que teria sido realizada pela Juíza da Comarca de Esmeraldas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir, além dos já mencionados, a Sra. Ingrid Calheiros Oliveira e os Srs. Paulo Vaz Alkimin, Ouvidor de Polícia, e Patrick de Oliveira Berriel, advogado do referido detento, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos Deputados Paulo Lamac, Gustavo Corrêa, Vanderlei Miranda, Tenente Lúcio, Duarte Bechir e Tadeu Martins Leite. O Presidente, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita sejam encaminhados à seção estadual da OAB as notas taquigráficas desta reunião, vídeo apresentado pelo Sr. Cláudio Dalledone e pedido de providências para que sejam apuradas administrativamente irregularidades que teriam sido cometidas pelos advogados Robson Martins, Francisco Ângelo Carbone e José Artero Cavalcante e por um advogado identificado como Botelho no processo criminal contra o réu Bruno Fernandes das Dores de Souza e seja avaliada a possibilidade da suspensão dos referidos advogados até o esclarecimento dos fatos; sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, à Corregedoria da Polícia Civil, à Ouvidoria de Polícia, ao Juízo do Tribunal do Júri de Contagem, ao Ministério Público de Contagem e à seção estadual da OAB as notas taquigráficas e a gravação em vídeo desta reunião e pedido de providências para a apuração das denúncias apresentadas; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para que seja garantida ao preso Bruno Fernandes das Dores de Souza entrevista reservada com seu advogado; e seja encaminhado à Corregedoria do Tribunal de Justiça pedido de providências para a apuração de denúncia de negociação para a concessão de "habeas corpus" ao mencionado preso, da qual teria participado a Sra. Maria José Starling, Juíza da Comarca de Esmeraldas; e pedido de quebra do sigilo telefônico dessa magistrada e da Sra. Ingrid Calheiros de Oliveira; Délio Malheiros em que solicita seja encaminhado à seção estadual da OAB pedido de providências para que seja garantido o pleno exercício profissional dos advogados do réu Bruno Fernandes das Dores de Souza; Rogério Correia em que solicita sejam encaminhados à OAB as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências com vistas à designação de um observador para acompanhar, no Estado, o caso do réu Bruno Fernandes das Dores de Souza e garantir o pleno exercício profissional de seu advogado, Sr. Cláudio Dalledone; Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre as providências que teriam sido tomadas por essa Corte com relação à denúncia de participação da Sra. Maria José Starling, Juíza da Comarca de Esmeraldas, em negociação para a concessão de "habeas corpus" ao réu Bruno Fernandes das Dores de Souza. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.



Durval Ângelo, Presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 5/7/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 221/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação tributária total do Estado, por tributo, no Município de Contagem, bem como os repasses anuais respectivos a esse Município, no período de 2005 a 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 226/2011, da Comissão do Trabalho, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as condições precárias de trabalho oferecidas a seus funcionários e aos terceirizados e sobre a periculosidade do exercício laboral em decorrência da utilização da mão de obra terceirizada, sem a devida supervisão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido a fim de que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 299/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 307/2011, do Deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes e da Juventude pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos 12 meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 310/2011, do Deputado Rogério Correia, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.574/2008, celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Governo, e a empresa MPM - Populus, no valor global de R\$37.500.000,00. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 311/2011, do Deputado Rogério Correia, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.578/2008, celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Governo, e a empresa New Publicidades e Comunicação Integrada Ltda., no valor global de R\$8.750.000,00. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 312/2011, do Deputado Rogério Correia, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG - Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprecia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibitiré, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Otôni, no valor global de R\$1.364.362,04. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 313/2011, do Deputado Rogério Correia, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemege, para a cessão da servidora da Prodemege Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi recluso no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 363/2011, do Deputado Elismar Prado, que solicita seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Cemig pedido de informações acerca da construção da UHE Cachoeirão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 372/2011, do Deputado Ulysses Gomes, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre o estágio em que se encontra o projeto de construção do Aeroporto de Itajubá e sobre a previsão do início das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 377/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Ministério Público da Comarca de Pouso Alegre pedido de informações acerca das providências adotadas com relação aos radares instalados no Município e ao contrato celebrado com a empresa prestadora do serviço. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 400/2011, do Deputado Hélio Gomes, que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Transportes e à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a pavimentação do trecho que liga Vargem Alegre ao Distrito de Revés de Belém. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 401/2011, do Deputado Rogério Correia, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações, que especifica, sobre a primeira prova de avaliação diagnóstica do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - Paae - de 2011; e pedido de providências para que seja franqueado o acesso ao banco de dados utilizado para a elaboração dessa prova. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 405/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a possível extinção das administrações fazendárias de terceiro nível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 467/2011, da Comissão de Justiça, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a implantação dos centros de referência denominados Centros Mais Vida nas macrorregiões do Estado, em especial sobre as ações direcionadas aos portadores do Mal de Parkinson e do Mal de Alzheimer. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 470/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a relação dos Municípios do Estado que se encontram sem Delegados de Polícia e sobre o número de Delegados que solicitaram desligamento do cargo nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 471/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Corregedoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência - Caade - e à Diretoria-Geral da Loteira Mineira - Lemg - pedido de informações sobre as relações dessas instituições com o Crea Espaço Cultural e sobre os motivos pelos quais há atraso no repasse de bolsas de estudo a essa entidade, desde o início deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 472/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a relação dos trechos rodoviários estaduais nos quais se encontram instalados radares, lombadas eletrônicas ou qualquer outro meio de aferição de velocidade para fins de autuação por infração de trânsito e de outras que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 474/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao representante do Ministério Público na Comarca de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre as providências adotadas quanto aos radares instalados nesse Município e sobre o contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços relacionados com as lombadas eletrônicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 616/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de informações sobre o valor arrecadado por ano pelo Estado a partir da vigência dos Decretos nºs 43.824, de 2004, e 44.806, de 2008, através da venda por leilão de veículos apreendidos ou depositados em pátios terceirizados, e sobre outras questões que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 758/2011, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais pedido de informações que menciona sobre os contratos firmados com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento, com cooperativas, empresas e profissionais de agrimensura, com os respectivos processos licitatórios e eventuais termos aditivos; sobre questões administrativas e sobre a atitude da Secretaria à qual se vincula esse órgão, em face da manifestação da Advocacia-Geral do Estado contrária a arrendamentos com cooperativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase **(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 776/2011, do Deputado Carlin Moura.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 326/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 927 e 928/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.036/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 724/2011, do Deputado Gilberto Abramo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 88 e 427/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 725/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 1.132/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 461/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.140/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.268/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.084/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.089/2011 e 1.090/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projeto de Lei nº 1.383/2011, do Deputado Carlos Mosconi.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 9/2011, da Deputada Rosângela Reis; Projetos de Lei nºs 58 e 67/2011, do Deputado Fred Costa; 119 e 120/2011, do Deputado Elismar Prado; 170/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 200, 212, 252, 253 e 295/2011, do Deputado Elismar Prado; 320/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 333/2011, do Deputado Elismar Prado; 349/2011, do Deputado Fred Costa; 358/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 423/2011, da Deputada Liza Prado; 429 e 433/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 479 e 495/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 577 e 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella; 602/2011, do Deputado Arlen Santiago; 680/2011, do Deputado Luiz Henrique; 682, 684, 689, 697 e 698/2011, do Deputado Arlen Santiago; 752/2011, do Deputado Wander Borges; 775/2011, do Deputado Rogério Correia; 780/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 787/2011, do Deputado João Leite; 791/2011, do Deputado Arlen Santiago; 805/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 824/2011, do Deputado Zé Maia; 828/2011, do Deputado Almir Paraca; 834/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 855/2011, do Deputado Inácio Franco; 866/2011, do Deputado Sebastião Costa; 890/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 962/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.072, 1.073, 1.074, 1.086, 1.108, 1.110, 1.115, 1.117, 1.124, 1.127, 1.129, 1.131, 1.134/2011 e 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.197/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.198/2011, do Deputado Deiró Marra; 1.204 e 1.207/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.223 e 1.234/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.277, 1.280, 1.285 e 1.286/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.303 e 1.304/2011, do Deputado Juninho Araújo; 1.326/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.348/2011, do Deputado Durval Ângelo; 1.359/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.363 e 1.368/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.378 e 1.382/2011, do Deputado Carlos Mosconi; 1.436/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.476/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.563/2011, do Deputado Ivair Nogueira; 1.639/2011, do Deputado Antônio Júlio; 1.687/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.971/2011, do Deputado Tiago Ulisses.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 517/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 630/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 634/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 677 e 678/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 731 e 970/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 972/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 1.149/2011, do Deputado Deiró Marra; 1.185/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.335/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.342/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.502/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.809/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.827/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 1.842/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda; 1.851/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.853/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.884/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.894/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 469/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 524/2011, do Deputado Elismar Prado; 796/2011, do Deputado Carlos Pimenta e 2.109/2011, do Governador Antonio Augusto Junho Anastasia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.050/2011, do Deputado Hélio Gomes; 1.056/2011, da Comissão de Constituição e Justiça; 1.059 e 1.060/2011, da Comissão de Segurança Pública; 1.079/2011, do Deputado Antonio Lerin; 1.128/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.131/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.589/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.064/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 836/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 849/2011, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.091/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.111/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 1.134/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.137/2011, do Deputado Jayro Lessa; e 1.138/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 5/7/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e na 2ª Parte, à eleição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/7/2011, às 9h30min horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.109/2011, do Governador Antonio Augusto Junho Anastasia, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 18/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Carlin Moura, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/7/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2011.

Luiz Henrique, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/7/2011, às 10 horas, na Câmara Municipal de Janaúba, com a finalidade de debater a situação do setor de saúde no referido Município e na microrregião da Serra Geral, em especial do Hospital Regional de Janaúba e do Hospital Sagrado Coração de Jesus; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2011.



Carlos Mosconi, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.534/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Neider Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Itaguara – AOI –, com sede nesse Município.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.534/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Itaguara – AOI –, com sede nesse Município. Fundada em 2009, a Associação congrega cultivadores, estudiosos e preservadores das orquídeas, com a finalidade de defender e preservar essa espécie para as futuras gerações, especialmente em seu ambiente natural.

Na consecução de seus propósitos, a instituição estimula o conhecimento sobre orquídeas e o gosto por seu cultivo, por meio de cursos de iniciação, palestras e publicação de artigos técnicos; promove estudos sobre ambiente natural, cultivo, reprodução, pragas e doenças das orquídeas; mantém acervo de materiais especializados sobre o tema; realiza exposições e mostras de orquídeas e plantas ornamentais, a fim de estimular o interesse pelas espécies e o turismo na região; orienta sobre a preservação da flora, fauna e do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela Associação para a defesa e preservação do meio ambiente, consideramos justo que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.534/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2011.

Luzia Ferreira, relatora.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 773/2011

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Delvito Alves, a proposição em tela “veda a inscrição de Municípios, órgãos ou entidades municipais no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado - Siafi -, nas situações que menciona, e dá outras providências”.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, II, do Regimento Interno.

Por decisão da Presidência desta Casa, em razão da semelhança de objeto, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, foi anexado a esta proposição o Projeto de Lei nº 1.358/2011, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que “veda a inscrição de Municípios, órgãos ou entidades municipais no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado - Siafi -, nas situações que menciona, e dá outras providências”.

Fundamentação

A proposição em análise veda, por meio do art. 1º, a inscrição de Municípios, órgãos ou entidades de direito público ou privado municipal no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi – do Estado de Minas Gerais ou em qualquer sistema público estadual de restrição ao acesso a recursos públicos, em razão de mora, inadimplemento ou situação irregular decorrente de convênios ou instrumentos congêneres firmados com o Estado de Minas Gerais, quando o administrador, no exercício do mandato, não tiver dado causa à irregularidade ou a responsabilidade tiver de ser imputada a ex-dirigente municipal, observado o disposto no art. 61, § 2º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 33, de 28/6/94.

Por sua vez, o art. 2º do projeto estabelecia que compete ao órgão responsável pela liberação dos recursos ou à Advocacia-Geral do Estado promover os atos necessários à responsabilização do agente que tenha dado causa à mora, ao inadimplemento ou à situação de irregularidade de convênios, contratos, ajustes ou instrumentos congêneres que apresentem vícios na respectiva prestação de contas. Tal dispositivo foi suprimido pela Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça por ofensa às regras constitucionais para iniciar o processo legislativo.

A proposição tem a finalidade, por via reflexa, de evitar que o cidadão, destinatário imediato dos atos do poder público, seja penalizado em razão da irregularidade praticada por agente público que, ocupando cargo de direção na administração, dá causa à



inclusão do Município no cadastro de inadimplentes, fato que resulta no bloqueio dos recursos transferidos aos Municípios e necessários à satisfação dos interesses dos seus municípios.

Assim, salta aos olhos a conveniência de se aprovar medida que tem o fim de viabilizar a gestão da coisa pública, evitando penalizar o atual gestor – e a própria coletividade – quando ele não é o responsável pela irregularidade. Vale lembrar que, se alguém deve ser punido, são os governantes que não cumpriram suas obrigações.

Finalmente, cabe-nos, por força da Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 2003, manifestar nossa opinião sobre o Projeto de Lei nº 1.358/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, anexado à proposição. Trata-se de reprodução do projeto em estudo, apenas excluindo-se o art. 2º da proposta, tal como sugerido pela Comissão de Constituição e Justiça, quando analisou a matéria.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 773/2011 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez, relator – Liza Prado.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 226/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, por meio da proposição em foco, requer à Presidência da Assembleia seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as “condições precárias de trabalho oferecidas aos seus funcionários e aos terceirizados e sobre a periculosidade do exercício laboral em decorrência da utilização da mão de obra terceirizada, sem a devida supervisão”.

Após a publicação no “Diário do Legislativo” de 17/3/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia, para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise requer à Presidência da Assembleia seja enviado à Cemig pedido de informações sobre as condições de trabalho oferecidas aos seus funcionários, e aos terceirizados.

Consoante com a função fiscalizadora e de controle do Parlamento, a Constituição do Estado determinou, em seu art. 54, § 3º, que “a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informações a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais”. De acordo com o mesmo princípio, o art. 100, IX, do Regimento Interno, faculta às comissões o direito de solicitarem à Mesa encaminhamento de “pedido por escrito de informação”, “em razão da matéria (...) compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição” e “quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa”.

O requerimento que originou a proposição em tela, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, foi apresentado por causa de denúncia do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró-MG – sobre mais um acidente fatal ocorrido com um trabalhador terceirizado. Segundo a denúncia, o trabalhador estava há apenas 10 dias na empreiteira e, mesmo sem qualificação, foi colocado, sozinho e sem supervisão, em uma subestação energizada. Além disso, a Companhia estaria burlando a Norma Regulamentadora – NR 10 –, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, especialmente no que se refere à proibição de realização de trabalho individual em áreas de risco.

O processo de terceirização e os acidentes envolvendo a Cemig têm sido temas recorrentes nas discussões realizadas por esta Casa.

Em 28/6/2007, foi realizada reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, Previdência e Ação Social para discutir sobre o aumento do número de acidentes de trabalho com vítimas fatais na empresa.

Em 28/11/2007, as Comissões de Participação Popular e do Trabalho, Previdência e Ação Social realizaram reunião conjunta para discutir a terceirização da mão de obra na Cemig. Nessa reunião, o Coordenador do Sindieletró afirmou que havia na empresa, naquela época, 10.800 funcionários diretos e 8.000 terceirizados. Afirmou ainda que a maior parte do pessoal que trabalhava no nível operacional era terceirizada e muitos desses trabalhadores tinham contato direto com dispositivos eletrificados sem o treinamento adequado para exercer a função. Segundo dados apresentados nessa reunião, de 1999, ano em que a Cemig intensificou a terceirização, a 2007, haviam sido registrados 64 acidentes, sendo 50 com empregados de empresas terceirizadas.

Por fim, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou audiência pública em 18/3/2011, na qual o Coordenador do Sindieletró avaliou que o processo de terceirização dos serviços tem aumentado o risco de acidentes de trabalho: enquanto o treinamento de um funcionário da empresa para tarefas de risco dura vários meses, o treinamento dos terceirizados é de apenas 15 dias.

Diante das condições de trabalho relatadas, o requerimento em tela é relevante e oportuno e a situação precisa ser esclarecida. Entretanto, a fim de dar maior clareza à sua redação, apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 226/2011 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, pedido de informação sobre as condições de segurança do trabalho na empresa para o quadro



de funcionários próprios e para os terceirizados, bem como sobre o processo de contratação, treinamento e supervisão dos funcionários terceirizados.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Alencar da Silveira Jr., relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 310/2011

Mesa da Assembleia Relatório

Na proposição em tela, o Deputado Rogério Correia requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo - Segov - pedido de informação sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.574/2008, referente ao Processo nº 1491031/000138/2008, que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Governo, e a Empresa MPM-Populus, oriundo da Licitação nº 001/2008, modalidade concorrência, no valor global de R\$ 37.500.000,00.

Após sua publicação no “Diário do Legislativo”, em 26/3/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia, para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise solicita à Secretaria de Estado de Governo - Segov - informação sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.574/2008, referente ao processo nº 1491031/000138/2008, que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Governo, e a Empresa MPM-Populus, oriundo da Licitação nº 001/2008, modalidade concorrência, no valor global de R\$ 37.500.000,00.

Com respeito à iniciativa, o requerimento está respaldado pelo art. 54, § 2º, da Constituição Estadual, que estabelece que a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de encaminhar, por meio de sua Mesa, pedido de informação a Secretário de Estado, e que sua recusa ou não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam em crime de responsabilidade. Consideramos, portanto, não haver óbices jurídicos ao encaminhamento da matéria

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

A pretensão de se obter informação acerca de um contrato celebrado pela administração pública também encontra amparo no princípio da publicidade dos atos administrativos, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual, por sua vez, decorre do parágrafo único do art. 2º do referido diploma, que dispõe que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”.

Como o povo é o verdadeiro titular do poder, tem direito de tomar conhecimento dos atos praticados pelos administradores públicos. A publicidade é inerente ao dever de informação e permite que o povo acompanhe e fiscalize os atos administrativos.

Pelas razões abordadas entendemos ser pertinente o requerimento em apreço. No entanto, apresentamos emenda ao texto da proposição com o objetivo de explicitar a autoridade destinatária.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 310/2011, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão “informações à Secretaria de Estado de Governo” pela expressão “informações ao Secretário de Estado de Governo”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Inácio Franco, relator - José Henrique - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 311/2011

Mesa da Assembleia Relatório

Na proposição em tela, o Deputado Rogério Correia requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de informação sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.578/2008, referente ao Processo nº 1491031/000138/2008, que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Governo, e a Empresa New Publicidade e Comunicação Integrada Ltda., no valor global de R\$ 8.750.000,00.

Após sua publicação no “Diário do Legislativo”, em 26/03/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se à Secretaria de Estado de Governo informação sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.578/2008, referente ao Processo nº 1491031/000138/2008, que entre si celebraram o

Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Governo, e a Empresa New Publicidade e Comunicação Integrada Ltda., no valor global de R\$ 8.750.000,00.

Com respeito à iniciativa, o requerimento está respaldado pelo art. 54, § 2º, da Constituição Estadual, que estabelece que a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de encaminhar, por meio de sua Mesa, pedido de informação a Secretário de Estado, e que sua recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam em crime de responsabilidade. Consideramos, portanto, não haver óbices jurídicos ao encaminhamento da matéria

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

A pretensão de se obter informação acerca de um contrato celebrado pela administração pública também encontra amparo no princípio da publicidade dos atos administrativos, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual, por sua vez, decorre do parágrafo único do art. 2º do referido diploma, que dispõe que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”.

Como o povo é o verdadeiro titular do poder, tem direito de tomar conhecimento dos atos praticados pelos administradores públicos. A publicidade é inerente ao dever de informação e permite que o povo acompanhe e fiscalize os atos administrativos.

Pelas razões abordadas entendemos ser pertinente o requerimento em apreço. No entanto, apresentamos emenda ao texto da proposição com o objetivo de explicitar a autoridade destinatária.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 311/2011 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão “informações à Secretaria de Estado de Governo” pela expressão “informações ao Secretário de Estado de Governo”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Inácio Franco, relator - José Henrique - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 363/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, o Deputado Elismar Prado requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informação sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Energia – UHE – Cachoeirão.

O requerimento foi publicado no “Diário do Legislativo” de 7/4/2011 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa encaminhar pedido de informação acerca da Usina Hidrelétrica de Energia – UHE – Cachoeirão. Segundo o autor, as obras do empreendimento estariam atrasadas injustificadamente, o que teria prejudicado o início do funcionamento da usina e, conseqüentemente, os compromissos assumidos pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

No que concerne à iniciativa, a proposição encontra amparo no art. 54, § 3º da Constituição Estadual, segundo o qual a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido escrito de informação a dirigente de entidade da administração indireta, sendo que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Além disso, a iniciativa constitui exercício legítimo da prerrogativa de fiscalização das ações do Estado, reservado constitucionalmente a este Parlamento.

Por outro lado, de acordo com informações obtidas no site da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – e na Cemig, que participa do consórcio responsável pela implantação da obra, o empreendimento trata-se, na verdade, de uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH –, e não de uma UHE.

Assim, e como forma de adequar a proposição à realidade do empreendimento, somos pela aprovação do presente requerimento com a alteração sugerida por meio da emenda a seguir apresentada.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 363/2011, com a seguinte Emenda nº 1.

EMENDA Nº 1

Substitua-se no requerimento a sigla “UHE” pela sigla “PCH”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Alencar da Silveira Jr., relator – José Henrique – Inácio Franco – Paulo Guedes – Dilzon Melo – Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 372/2011**Mesa da Assembleia
Relatório**

De autoria do Deputado Ulysses Gomes, a proposição em epígrafe requer ao Presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido escrito de informação sobre o estágio em que se encontra o projeto do aeroporto de Itajubá e a previsão do início da obra.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 7/4/2011, foi a matéria encaminhada a este órgão colegiado, a fim de receber parecer, com fulcro nos termos do art. 233, XII, combinado com os arts. 234 e 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela tem por objetivo obter informação sobre o estágio em que se encontra o projeto de engenharia do aeroporto de Itajubá e a previsão do início da obra.

A iniciativa da proposição encontra amparo na Constituição mineira, em diversos dispositivos, principalmente nos que tratam da Fiscalização e dos Controles. Quanto aos arts. 73 e 74, estes dispõem que os atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado e de entidade da administração indireta se sujeitarão ao controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas; e que, em se tratando de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta, levar-se-á em conta a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de ato gerador de receita ou determinante de despesa e daquele de que resulte nascimento ou extinção de direito ou obrigação.

Está, portanto, sobejamente demonstrado que a proposição está plenamente embasada em princípios regimentais e constitucionais.

O art. 54, § 2º, do mesmo Diploma, por sua vez, estabelece que a “Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade”.

O Regimento Interno, art. 79, VIII, “c”, estatui que é admissível o requerimento de informações às autoridades estaduais quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa. O aeroporto de Itajubá é uma obra que se encontra em fase de estudos e deverá ser executada pelo governo estadual, sujeitando-se, assim, a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

Ademais, o aeroporto de Itajubá é relevante. Itajubá é Município polo, polo de tecnologia, cidade universitária, sede da Helibrás, que, por sinal, está em expansão. Assim, o aeroporto é imprescindível. O próprio Governador declarou que a construção do aeroporto é prioritária. Isso demonstra a relevância dessas informações.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 372/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – José Henrique, relator – Inácio Franco – Paulo Guedes – Dilzon Melo – Alencar da Silveira Jr. – Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 377/2011**Mesa da Assembleia
Relatório**

De autoria da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a proposição em tela tem por objetivo solicitar ao representante do Ministério Público da Comarca de Pouso Alegre informações acerca das providências adotadas com relação aos radares instalados no Município e do contrato celebrado com a empresa prestadora de serviço.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 7/4/2011 e encaminhada a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, foi elaborado a pedido da Deputada Liza Prado.

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Os arts. 79, VIII, “c”, e 233, XII, do Regimento Interno tratam de requerimento com pedido de informação às autoridades estaduais sobre fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

O Ministério Público da Comarca de Pouso Alegre, autoridade estadual responsável pela averiguação de supostas irregularidades na instalação de radares e seus contratos, é representada pela 5ª Promotoria de Justiça daquela comarca, na pessoa da Dra. Margarida Alvarenga Moreira.

Tendo em vista vários questionamentos efetuados pela população em audiências públicas realizadas por esta Casa Legislativa no Município de Pouso Alegre, tais como falta de visibilidade desses equipamentos, instalação sem estudo técnico adequado, falta de aferição dos equipamentos e contratos correlatos, além de denúncias veiculadas pela TV Globo, através do programa “Fantástico”, sobre suposta existência de uma máfia dos radares no Estado de Minas Gerais, entendemos que a proposição em tela é pertinente e legítima.

Conclusão

Considerando o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 377/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – José Henrique, relator - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 400/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, o Deputado Hélio Gomes requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informação sobre a pavimentação do trecho que liga Vargem Alegre ao Distrito de Revés de Belém.

O requerimento foi publicado no “Diário do Legislativo” de 14/4/2011 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa encaminhar pedido de informação sobre as obras de pavimentação do trecho entre Vargem Alegre e o Distrito de Revés do Belém. Segundo o autor, o referido trecho está incluído no programa Caminhos de Minas, e o objetivo da apresentação do requerimento é acompanhar o andamento das obras.

No que concerne à iniciativa, a proposição encontra amparo no art. 54 da Constituição Estadual, segundo o qual a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido escrito de informação a Secretário de Estado e a outras autoridades estaduais, sendo que a recusa, o não-atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem crime de responsabilidade.

O Programa Caminhos de Minas é um programa estruturador do Estado de Minas Gerais que tem o objetivo de encurtar distâncias, diminuindo o tempo das viagens e aumentando a capacidade de rodovias que exercem o papel integrador entre os Municípios mineiros. O trecho entre Vargem Alegre e o Distrito de Revés do Belém, no Município de Bom Jesus do Galho, é uma via municipal com 22 km de extensão. A rodovia é de grande relevância para o deslocamento das pessoas e escoamento da produção da região do Vale do Aço e sua pavimentação beneficiará uma população de cerca de 7 mil pessoas, segundo dados do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG.

Cabe destacar ainda a importância ampliada da pavimentação do trecho, uma vez há a possibilidade de que o novo aeroporto do Vale do Aço seja construído no Distrito de Revés do Belém.

Consoante o relatado, a proposição não apresenta vício de iniciativa e constitui exercício legítimo da prerrogativa de fiscalização e acompanhamento da execução das políticas públicas e das ações do Estado, reservado constitucionalmente a este Parlamento. No caso, as informações solicitadas são de muito interesse para a população dos Municípios beneficiados com a realização da obra.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 400/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Jayro Lessa, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 405/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a proposição em tela tem por objetivo solicitar ao Presidente da Assembleia que seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca da possível extinção das administrações fazendárias de terceiro nível.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 14/4/2011 e encaminhada a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em epígrafe resultou de “e-mail” encaminhado a esta Casa pelo Sr. Célio Sales Sobrinho, em nome da Associação dos Contabilistas do Sul de Minas, em Muzambinho, solicitando informações sobre a intenção que teria o Executivo de fechar administrações fazendárias – AFs – no Estado, permanecendo apenas as estabelecidas em cidades-polo.

Na argumentação apresentada no referido pedido, tal fechamento prejudicaria os produtores rurais, empresários, contadores, advogados e demais usuários das AFs.

De acordo com informações obtidas no “site” da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (<http://www.fazenda.mg.gov.br/secretaria/competencias/>), “as administrações fazendárias de 3º nível têm por finalidade, na sua área de abrangência, orientar, executar e supervisionar as atividades administrativo-tributárias, competindo-lhes:

I - executar, acompanhar e controlar as atividades relativas à manutenção das informações cadastrais e tramitação de Processo Tributário Administrativo (PTA);

II - atender e orientar o contribuinte quanto ao cumprimento de obrigações tributárias, bem como proceder ao seu enquadramento e às autorizações que se fizerem necessárias à legalização de seu funcionamento;

III - executar, acompanhar e controlar as atividades referentes à cobrança e administração do crédito tributário;

IV - coordenar, executar e avaliar as atividades pertinentes à administração geral;



V - promover a conscientização sobre o significado social do tributo;

VI - exercer outras atividades correlatas”.

A Constituição do Estado, no art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, e a recusa, o não atendimento no prazo de trinta dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Além disso, o Regimento Interno trata, nos arts. 79, VIII, “c”, e 233, XII, de requerimento com pedido de informação às autoridades estaduais sobre fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Ademais, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

A busca por informação acerca da possível extinção, pela administração pública, de unidades administrativas estaduais de prestação de serviços aos contribuintes e à coletividade encontra amparo nos princípios da publicidade e eficiência dos atos administrativos, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual, por sua vez, decorre do disposto no parágrafo único do art. 1º do referido Diploma, que dispõe que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”.

A publicidade é inerente ao dever de informação e permite que o povo acompanhe e fiscalize os atos administrativos.

Em face do exposto, evidenciam-se a motivação, a relevância e a oportunidade do requerimento em tela, não apenas como exercício da prerrogativa de fiscalização e controle da ALMG, mas, também, com a finalidade de, em última instância, viabilizar o direito da sociedade a um governo eficaz na prestação de serviço público, como determina o art. 73 da Constituição Estadual.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 405/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Jayro Lessa, relator – José Henrique – Inácio Franco – Paulo Guedes – Dilzon Melo – Alencar da Silveira Jr.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 467/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

A Comissão de Constituição e Justiça, por meio da proposição em epígrafe, requer ao Presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a implantação dos centros de referência para a saúde do idoso denominados Centros Mais Vida nas macrorregiões do Estado. A Comissão solicita, ainda, informações sobre as ações desenvolvidas nesses centros direcionadas às pessoas com doença de Parkinson e de Alzheimer.

Após a publicação no “Diário do Legislativo” de 21/4/11, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra as ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54 e 62, XXXI, da Carta mineira. O art. 54, § 2º, da Constituição Estadual estabelece que “a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido escrito de informação a Secretário de Estado, sendo que a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade”.

Sobre o pedido escrito de informação a autoridades estaduais, de acordo com o art. 100, IX, do Regimento Interno desta Casa, cabe às comissões, em razão da matéria de sua competência, da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição, encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado.

O requerimento em análise tem por objetivo solicitar informações sobre a implantação dos centros de referência para a saúde do idoso denominados Centros Mais Vida nas macrorregiões do Estado e, em especial, sobre o atendimento dos idosos com doença de Parkinson e de Alzheimer.

O Programa Mais Vida é um projeto do governo estadual que tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa. O objetivo do programa é implantar a rede de atenção à saúde da população idosa no Estado e normalizar esta atenção, através de sistema articulado e integrado de ações qualificadas em saúde, para manter, melhorar e reabilitar a saúde desses pacientes, de acordo com as necessidades de cada um.

Os Centros Mais Vida constituem o ponto de atenção secundária especializada da rede e devem ser implantados em todas as macrorregiões do Estado. Nesses centros são oferecidos atendimento especializado e apoio psicossocial aos pacientes da terceira idade que foram referenciados pelas unidades básicas de saúde. O idoso é avaliado por uma equipe multiprofissional composta por profissionais das áreas de farmácia, assistência social, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, nutrição, fonoaudiologia, enfermagem, geriatria e clínica geral que elaboram um programa de tratamento individualizado e realizam o acompanhamento das ações prescritas.

A doença de Parkinson é uma alteração degenerativa do sistema nervoso central, de progressão lenta e de causa ainda desconhecida, compromete ambos os sexos igualmente e raramente ocorre antes dos 50 anos, sendo que 1% das pessoas com mais de 65 anos desenvolve a doença. Essa patologia se caracteriza por rigidez muscular, tremores, desequilíbrio e diminuição da mobilidade, comprometendo também a fala e a escrita.

A doença de Alzheimer também é uma doença degenerativa do cérebro, que gera perda das habilidades de pensar, raciocinar, memorizar, além de afetar as áreas da linguagem e produzir alterações no comportamento. O início é mais frequente após os 65 anos de idade. Não tem cura, mas o tratamento precoce, iniciado logo após os primeiros sintomas de esquecimento, atrasa o desenvolvimento da doença e resulta em melhora na memória.

Como o diagnóstico e o tratamento precoce das doenças de Alzheimer e de Parkinson contribuem para uma melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, é importante que o Estado acompanhe a sua incidência e evolução. Por esse motivo, o pedido de informação solicitado é pertinente.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 467/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Paulo Guedes, relator – José Henrique – Inácio Franco – Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 470/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Direitos Humanos, a proposição em tela solicita à Presidência da ALMG seja enviado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a relação de Municípios do Estado que se encontram sem Delegados de Polícia e sobre o número de Delegados que solicitaram desligamento do cargo nos últimos cinco anos.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/4/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Direitos Humanos requer seja enviado ofício ao Chefe da Polícia Civil, solicitando que encaminhe a esta Casa relação nominal dos Municípios de Minas Gerais que se encontram sem Delegado de Polícia e informações sobre o número de Delegados que pediram desligamento do cargo nos últimos cinco anos.

A título de consideração preliminar, cumpre ressaltar a competência do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta, conforme dispõem o art. 49, X, da Constituição Federal, e os arts. 73 e 74 da Constituição Estadual. Nestes últimos, tal competência pode ser interpretada como dever, na medida em que o controle externo dos atos das unidades administrativas – como é o caso em foco – baseia-se no direito da sociedade a um “governo honesto, obediente à lei e eficaz” (“caput” do art. 73 da Constituição Estadual). Vale lembrar que essa prerrogativa do Poder Legislativo tem como primado o sistema de freios e contrapesos, cristalizado no Estado Constitucional e basilar do Estado de Direito, no qual “os Poderes não são propriamente separados, mas reciprocamente vigiados e controlados” (Maciel, Adhemar Ferreira. “Dimensões do Direito Público”, Belo Horizonte: Del Rey, 2000, pág. 226).

Dois outros pontos a serem preliminarmente ressaltados quanto à procedência jurídica e normativa do requerimento em análise referem-se ao disposto no art. 54, § 3º, da Constituição de Minas Gerais, o qual assegura à ALMG a prerrogativa de “encaminhar pedido de informação (...) ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais”, cuja “recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”; e ao disposto no art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno da Assembleia, que fixa para a Mesa a competência de emitir parecer sobre requerimento de pedido de informações a autoridades estaduais quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Casa.

Em face dessas considerações, as quais asseguram legitimidade e legalidade à solicitação ora em tela, assentada em sólido lastro constitucional e regimental, passamos à análise de seu mérito, sob a ótica da motivação suficiente e da finalidade específica que a justificam.

O requerimento em análise tem fulcro nas discussões ocorridas durante audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa, em 6/4/2011, quando Delegados da Polícia Civil e representantes do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindepominas – apresentaram reivindicações referentes a remuneração e condições de trabalho. Foram feitas queixas quanto a jornada excessiva, situação física beirando a insalubridade em algumas delegacias e falta de equipamento, material de apoio e recursos humanos para o trabalho cotidiano, e abordado o fato de muitos Delegados estarem abandonando a carreira por outras, também jurídicas, mas mais bem estruturadas e com melhor remuneração. Nessa mesma ocasião, foi informada a possibilidade de greve por parte desses profissionais, dependendo de como as reivindicações da categoria fossem encaminhadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

Ressalta-se que alguns dias antes, em 28/3/2011, já tinha havido paralisação de um dia dos Delegados da Polícia Civil. Segundo dados do Sindepominas, mais da metade dos Municípios mineiros não contam hoje com um Delegado, havendo pouco mais de mil desses profissionais em atividade no Estado e uma taxa de evasão média de 15 Delegados por ano.

Eventos recentes realizados pela ALMG também foram palco para as reivindicações dos Delegados da Polícia Civil. Pode-se citar, como exemplos, algumas das 20 audiências preparatórias para o fórum técnico “Segurança pública: drogas, criminalidade e violência”, promovidas pela Comissão de Segurança Pública nas 18 sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps – do Estado, entre agosto de 2009 e junho de 2010; e o “Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais”, realizado em fevereiro de 2011.



Por outro lado, muitas audiências públicas realizadas pelas comissões permanentes da Casa revelam a preocupação da população mineira diante de um quadro de aparente crescimento de infrações penais, cuja apuração é dirigida por Delegados de carreira da Polícia Civil, conforme dispõem o § 4º do art. 144 da Constituição Federal e o art. 139 da Constituição Estadual.

Em face dos fatos expostos, evidenciam-se a motivação, a relevância e a oportunidade do requerimento em tela, não apenas como exercício da prerrogativa de fiscalização e controle da ALMG, mas também com a finalidade de, em última instância, viabilizar o direito da sociedade a um governo “eficaz”, como determina o “caput” do art. 73 da Constituição Estadual.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 470/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente – Jayro Lessa, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 471/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

A Comissão de Direitos Humanos, por meio da proposição em foco, requer à Presidência da Assembleia seja encaminhado à Corregedoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade – e à Diretoria-Geral da Loteria Mineira – Lemg – pedido de informações sobre as relações dessas instituições com o Creia Espaço Cultural e sobre os motivos pelos quais há atraso no repasse de bolsas de estudo a essa entidade, desde o início deste ano.

Após a publicação no “Diário do Legislativo” de 21/04/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise requer à Presidência da Assembleia seja enviado à Corregedoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade – e à Diretoria-Geral da Loteria Mineira – Lemg - pedido de informações sobre a relação de cada um desses órgãos com a entidade Creia Espaço Cultural e sobre os motivos pelos quais há atraso no repasse de bolsas de estudo para essa entidade.

Consoante com a função fiscalizadora e de controle do Parlamento, a Constituição do Estado determinou, em seu art. 54, § 2º, que a Mesa da Assembleia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação. De acordo com o mesmo princípio, o art. 100, IX, do Regimento Interno, faculta às Comissões o direito de solicitar à Mesa encaminhamento de pedido por escrito de informação, em razão da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição e quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

Quanto ao conteúdo da proposição, cumpre-nos informar que a Caade mantém um programa de ajuda de custo a famílias de pessoas com deficiência mental grave, com idade até 21 anos, com a finalidade específica de custear vaga em escola de ensino especial. Até 2010 esse programa era financiado com recursos da Lemg. Em 2011, o programa passa a ser de execução direta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – Sedese –, sob a responsabilidade da Caade.

Importa, ainda, informar que neste programa, a família recebe diretamente a ajuda de custo do Estado e faz o pagamento à escola especializada. O pagamento é liberado mediante controle mensal de frequência encaminhado pela escola de ensino especial à Caade.

As alterações recentes na estrutura e no funcionamento do programa justificam a solicitação da informação à Caade, para que a Casa, conhecendo a nova dinâmica do programa, possa exercer seu papel de controle e de fiscalização. Importa, ainda, conhecer a relação da Caade com as entidades de educação especial, especificamente com a entidade Creia Espaço Cultural, situada na Rua Tompson Flores, 200, no Bairro Gutierrez, em Belo Horizonte.

Julgamos, portanto, pertinente o requerimento, mas chamamos a atenção para uma imprecisão no texto apresentado: o nome de um dos órgãos a que se pretende solicitar a informação é “Coordenadoria” Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade –, e não “Corregedoria”, como consta na proposição original. Além disso, como a Lemg não participa do financiamento do referido programa, não se justifica encaminhar pedido de informação a essa entidade. Para corrigir essas imprecisões, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 471/2011, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado à Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade – pedido de informação sobre o programa que concede bolsa de estudo à pessoa com deficiência mental grave, bem como sobre a frequência dos bolsistas na instituição Creia Espaço Cultural, na Rua Tompson Flores, nº 200, no Bairro Gutierrez, Município de Belo Horizonte, a fim de se esclarecerem os motivos pelos quais os repasses das bolsas de estudo a essa entidade estão atrasados desde o início deste ano.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Inácio Franco, relator - José Henrique - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 474/2011****Mesa da Assembleia
Relatório**

De autoria da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a proposição em tela tem por objetivo solicitar ao representante do Ministério Público da Comarca de Coronel Fabriciano informações acerca das providências adotadas com relação aos radares instalados no Município e ao contrato celebrado com a empresa prestadora de serviço que opera as lombadas eletrônicas.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 21/4/2011 e encaminhada a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, foi elaborado a pedido do Deputado Celinho do Sinttrocel.

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Os arts. 79, VIII, “c”, e 233, XII, do Regimento Interno tratam de requerimento com pedido de informação às autoridades estaduais sobre fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

O Ministério Público da comarca de Coronel Fabriciano, autoridade estadual responsável pela averiguação de supostas irregularidades na instalação de radares e seus contratos, é representada pela 3ª Promotoria de Justiça daquela comarca, na pessoa do Sr. Anibal Tamaoki.

Tendo em vista vários questionamentos efetuados pela população em audiências públicas realizadas por esta Casa Legislativa no Município de Coronel Fabriciano, tais como falta de visibilidade destes equipamentos, instalação sem estudo técnico adequado, falta de aferição e correta utilização das lombadas eletrônicas, além de denúncias veiculadas pela TV Globo, através do programa “Fantástico”, sobre suposta existência de um máfia dos radares no Estado de Minas Gerais, entendemos que a proposição em tela é pertinente e legítima.

Conclusão

Considerando o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 474/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, relator - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/7/11, que nomeou Cláudia Maria Coutinho Camilo para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, jornada diária de 8 horas;

nomeando Margareth Coutinho Camilo para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

nomeando Áurea Maria Pereira Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Clarice Xavier Samartini de Queiroz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Ana Ludimilla Silveira Guerra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 49/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 25/7/2011, às 14h30min, pregoão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para fazer reparos em portas de vidro temperado, com fornecimento de peças e acessórios.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 4 de julho 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.